



PROGRAMAS DE FOMENTO A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E OFERTA DE CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL (1999-2017)

Cristiano das Neves Bodart¹
Caio dos Santos Tavares²

Resumo

O presente artigo busca explorar os impactos dos programas governamentais implementados no Brasil após a aprovação da LDB (1996) sobre a oferta de cursos de Ciências Sociais na rede pública e privado do Ensino Superior, assim como sobre a ofertas e matrículas e o volume de concluintes. Mais especificamente, busca-se explorar os impactos do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) sobre o número de cursos abertos entre 1999 a 2017 e sua oferta. Identificamos que os dados oficiais apontam no sentido de que os programas governamentais tiveram impactos positivos sobre o número de abertura de cursos de Ciências Sociais e de concluintes.

Palavras-Chave: Programas Governamentais. Formação de Professores. Ciências Sociais.

PROGRAMS PROMOTING THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION AND OFFERING OF SOCIAL SCIENCE COURSES IN BRAZIL (1999-2017)

Abstract

The present article seeks to explore the impact of government programs implemented in Brazil after the approval of LDB (1996) regarding the offering of Social Science courses in the public and private system of higher ducation, as well as on offerings and enrollments and the volume of graduates. More specifically, it seeks to explore the impact of the Student Financing Program (Fies), the University for All Program (ProUni) and the Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (Reuni) on the number of open courses between 1999 to 2017 and their offering. We found that the official data point to the sense that government programs had a positive impact on the number of opening courses in Social Sciences, but not on the number of vacancies, enrollments, or graduates, which have declined in recent years.

Keywords: Government Programs. Teacher training. Social Science.

¹ Doutor em Sociologia (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), docente do Centro de Educação dessa mesma instituição e integrante do Xingó-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências Sociais/Sociologia. E-mail: <http://cristianobodart@hotmail.com>

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e integrante do Xingó-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências Sociais/Sociologia. E-mail: <http://caiotavares@hotmail.com>

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas presenciamos programas governamentais que se propuseram, ao menos em tese, a fomentar direta ou indiretamente a expansão do Ensino Superior brasileiro ofertado por meio das redes pública e privada. Dentre as ações estatais, na esfera nacional, tivemos a implantação, em 1999, do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), em 2005, do Programa Universidade para Todos (ProUni) e, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Trabalhos como o de Barros (2015) indicam que esses programas fomentaram a expansão da oferta de vagas no Ensino Superior, ainda que não tenham conseguido solucionar muitos dos problemas de acesso e oferta.

A Sociologia retornou ao Ensino Médio como disciplina obrigatória por meio da Lei nº 11.684/08, entrando em vigor no ano seguinte, em 2009, o que ampliou a demanda por mais professores para atuar no ensino básico. Como demonstraram Bodart e Sampaio-Silva (2016), se em 2007 eram 19.776 professores atuando no Ensino Médio, no ano de 2016 esse número passou a ser de 55.658. Os referidos programas governamentais tiveram início antes da reintrodução da Sociologia no currículo escolar, tendo fomentado a ampliação de universidades, cursos e vagas, assim como colaborado para maior descentralização do Ensino Superior pelo território nacional. De forma mais específica, teriam tais programas impactado na expansão dos cursos de formação de professores de Sociologia, assim como ampliado a oferta de cursos de formação de professores de Sociologia? Eis o problema desta pesquisa! Em outros termos, o objetivo do presente artigo é explorar os impactos dos programas governamentais implementados no Brasil após a aprovação da LDB (1996) sobre a oferta de cursos de Ciências Sociais na rede pública e privado do Ensino Superior, assim como sobre a ofertas e matrículas e o volume de concluintes. Delimitamos o recorte temporal entre 1999 e 2017. Escolhemos a data de 1999 por ter sido o ano de criação do Fies e, o ano de 2017 por ser o ano último de publicação dos dados coletados³.

A metodologia consiste em confrontar os dados referente aos cursos de Ciências Sociais e Sociologia disponíveis no site *e-MEC*⁴ e no Censo da Educação Superior com os programas implementados pelo Governo Federal, a saber o Fies, o ProUni e o Reuni.

³ Em alguns momentos, quanto necessário, esse recorte será expandido. Em outros, o recorte será reduzido, ora por falta dos dados de 2016, ora para dar maior foco a um determinado período que estaremos analisando.

⁴ O referido site é um portal eletrônico que divulga os dados oficiais da Educação Superior brasileira. Disponível em: < <https://emec.mec.gov.br> >. Acessado em: abr. 2018.

Ao menos três trabalhos se utilizaram dos dados do e-MEC referente aos cursos de Ciências Sociais⁵. Contudo, análises comparativas entre esses trabalhos podem ser problemáticas, isso porque os dados do e-MEC foram atualizados, o que gerou incompatibilidade entre os números apresentados nas três pesquisas, assim como o fato dos cursos extintos antes de serem reconhecidos pelo MEC serem excluídos da base de dados. Por exemplo, os dados apresentados por D'Álcio (2016) referente aos 163 cursos à distância existentes em 2015 (data de sua coleta de dados) não consta, entre os meses de maio e junho de 2018, na base de dados do e-MEC, antes indicando a existência de apenas 30 cursos à distância sob a nomenclatura Ciências Sociais.

Ainda que haja um *site* onde é disponibilizado os dados da Educação Superior, a forma como são disponibilizados dificulta, e às vezes impossibilita, análises mais aprofundadas e/ou pontuais. Os dados não são agrupados em único espaço, estando expostos, em arquivo *.xlsx*, de forma individualizada por instituição de ensino e cursos, o que torna sua manipulação difícil e trabalhosa. Certamente essas limitações e dificuldades explicam, em parte, o motivo de sua subutilização no meio acadêmico. Martins (2017) também chamou atenção para o fato desses bancos de dados serem falhos e insuficientes.

O artigo está organizado em duas seções ou partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira apresentamos, de forma breve, os programas governamentais em questão. Na segunda buscamos identificar as mudanças no volume de cursos de Ciências Sociais e Sociologia, de oferta de vagas, matrículas e número de concluintes, sendo esses dados confrontados com os três programas do Governo Federal por nós selecionados.

1. FIES, O PROUNI E O REUNI: PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A seguir buscamos apresentar, ainda que brevemente, os três principais programas implementados nas últimas duas décadas pelo Governo Federal voltados ao Ensino Superior Brasileiro.

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), em 1996, tornou-se necessário uma série de medidas que viesse a corroborar com a expansão do Ensino Superior brasileiro, sobretudo com a formação de professores.

⁵ São eles, "Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil", de Amurabi de Oliveira (2015), "Análise dos desenhos curriculares de cursos superiores de formação de professores em Ciências Sociais", de Gabrielle Cotrim D'Alécio (2016) e "Os cursos de licenciatura e a formação de professores de Sociologia para o Ensino Médio, de Heloisa Helena T. de Souza Martins (2017).

Como amplamente destacado (ANDRADE, 2012; CARVALHO; WALTENBERG, 2015), o elevado número de cidadãos brasileiros em idade adulta que não cursaram graduação corroboram para a manutenção das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho e, por sua vez, aprofunda ainda mais as desigualdades sociais existentes no país. Com o intuito de reverter esse quadro, foram, nas últimas duas décadas criados diversos programas voltados para a inclusão e a permanência de estudantes no Ensino Superior, assim como de expansão de universidades e cursos. Dentre esses programas, destacam-se, pela proposta e proporções de investimentos demandados, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Programas que apresentaremos a seguir.

O Programa de Financiamento Estudantil (Fies) foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC), sendo originalmente regulado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho 2001 (e suas regulamentações como as Portarias Normativas nº 3, de 13/02/2009; nº 1, de 21/01/2010; nº 10, de 30/04/2010; e nº 1, de 14/01/2011)⁶. Trata-se de um fundo de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos que tenham tido avaliação positiva nos processos de aferição de qualidade realizados pelo Ministério da Educação (ANDRÉS, 2011). O modo que é realizado o financiamento é definido pelo estudante, agente financeiro operador do crédito (banco) e a instituição privada de Ensino Superior. O estudante ao terminar o curso terá até 17 anos para pagar o empréstimo (BRASIL, 2001).

Em 2010, a proporção de estudantes que ingressavam nas instituições de Ensino Superior utilizando o Fies era de 2%, saltando para 29% em 2014. Isso ocorreu por causa da mudança nas regras de financiamento, possibilitando, a partir daquele ano, que os contratos fossem fechados ao longo do ano, reduzindo os juros das parcelas abaixo da inflação (FOLHA, 2016). Essa expansão suscitou a preocupação com a qualidade do ensino ofertado pelas instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Como destacou Pinheiro (2013, p.12),

O crescimento exponencial do Fies aponta para a necessidade do governo federal estabelecer metas cada vez mais rígidas para as IES e seus cursos, seja com avaliações internas por meio de Comissões Próprias de Avaliação (CPA) ou pelas avaliações externas como o Enade. Mecanismos de controle sobre a prestação de serviços ao aluno são necessários, pois quanto maior o número de alunos com financiamento, maior será a responsabilidade do governo sobre a garantia da qualidade da formação acadêmica que as

⁶ Posteriormente sofreu mudanças provocadas pela Lei nº 12.202, de 2010 e, mais recentemente, pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: < <https://goo.gl/Pt8tJU> >. Acesso em: abr. de 2018.

IES propõem e dispõem aos alunos. Senão o governo federal será apenas um fomentador da captação de alunos para as IES, gerando lucro certo e esforço mínimo.

A partir de 2013 o Governo Federal realizou mudanças no Fies, passando a exigir limite de renda e nota mínima no Enem; o resultado dessas medidas foi a queda dos ingressos do Ensino Superior pelo programa (FOLHA, 2016).

O Fies é um programa que surge no contexto de implementação da Reforma do Estado que

[...]deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, MARE, 1995, p. 12 *apud* PERONI, 2007, p. 2).

Acreditava-se que o Estado ao buscar assumir funções diretas de execução teria trazido distorções e ineficiências e, nesse sentido, “[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, MARE, 1995, p. 11 *apud* PERONI, 2007, p. 2). Tratava-se de transformar o Estado Burocrático em um Estado Gerencial; ações para reduzir a atuação direta do Estado estavam sendo postas em prática e o Fies foi um meio encontrado para estimular a oferta de cursos no setor privado.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 10 de setembro de 2004, por meio da Medida Provisória nº 213, tendo sido consolidado no Governo Lula, em 13 de janeiro de 2005, pela Lei Federal nº 11.096 (BRASIL, 2004, 2005).

O programa oferece bolsas de estudo integrais e parciais de 25% ou de 50% em instituições privadas de Ensino Superior aos estudantes que cursarão a sua primeira graduação. Precisam os interessados atender ao menos um desses requisitos (BRASIL, 2005):

ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa (BRASIL, 2005).

O candidato à bolsa não poderá tirar a nota zero na redação e atingir, ao menos, 450 pontos na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Assim como o FIES, o ProUni foi amplamente acusado de ser um programa de transferência de recursos públicos para IES privadas.

No ano de 2014 foi aprovou-se o Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024 na forma de lei nº 13.005/2014 que estabeleceu: "Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público" (BRASIL,2014, p.73). Com a aprovação da PEC 55/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos, dificilmente os objetivos traçados pelo Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024 serão alcançados.

Para atingir a meta o Brasil terá que avançar substancialmente, já que segundo o cruzamento de dados realizados pelo movimento Todos Pela Educação a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) a quantidade de alunos matriculados é aquém das pretensões estabelecidas, como se observa na tabela 1.

Tabela 1- Taxa bruta de matrícula na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos nos anos, Brasil (2011-2015).

Ano	Quantidade
2011	29,60%
2012	30,40%
2013	32,30%
2014	34,20%
2015	34,60%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Superior/ Todos Pela Educação.

Observa-se, que em 2015 faltando nove anos para terminar o PNE vigente desde 2014, restam 15,4% para atingir a meta estabelecida (BRASIL, 2015), o que será improvável devido a PEC 55/2016 aprovada e sancionada como Emenda Constitucional.

O Reuni foi criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Esse tem o propósito de expandir o acesso e a permanência de estudantes nas universidades federais. Com esse programa foram realizadas diversas medidas que visavam ampliar o número de instituições públicas de Ensino Superior. Para isso, as universidades federais receberam investimentos para expandir o quadro de professores e a infraestrutura dos *campis*. Além disso, o Reuni contribuiu com o processo de interiorização do Ensino Superior público, fazendo com que as universidades fossem também deslocadas para cidades distantes das capitais. As iniciativas do Reuni visavam combate à evasão, aumentar as vagas de cursos de graduação e a oferta de cursos noturnos entre outros objetivos (BRASIL, 2007).

Esses três programas do Governo Federal quando criados procuraram atingir a meta estabelecida no Plano de Desenvolvimento da Educação do decênio 2001-2010 que era “prover,

até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30 % da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001, p.87). O Brasil ampliou de 8,9%, em 2001, para 14,6%, em 2009, o percentual de estudantes matriculados no Ensino Superior que estavam na faixa etária de 18 a 24 anos (BRASIL/MEC/CONAE, 2011, p.78). Assim, mesmo com os avanços o cumprimento da meta estabelecida não foi atingido.

Neste artigo, nos importa observar se durante o período de implementação desses programas impactos substantivos na formação de cientistas sociais ocorreram, o que buscamos realizar na seção seguinte.

2. CONFIGURAÇÕES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

Temos ciência que os impactos dos três programas aqui destacados (Fies, ProUni e Reuni) são de difícil mensuração. Ainda que isolando um elemento de análise, tais como os impactos sobre as matrículas no curso superior, as conclusões poderiam ser parcialmente equivocadas ou limitadas, uma vez que há diversos outros fatores colaborativos para a expansão do acesso ao Ensino Superior nos últimos 20 anos, tais como a redução da pobreza, do desemprego e a ampliação da renda da classe trabalhadora, historicamente excluída do Ensino Superior, assim como os programas de ações afirmativas (HAAS; LINHARES, 2012)⁷. Nossa proposta não é aferir a eficiência dos programas governamentais sobre o Ensino Superior brasileiro, mas observar e discutir a expansão de cursos de Ciências Sociais, assim como número de vagas, matrículas e concluintes a partir desses programas. Buscamos realizar algumas reflexões que possam colaborar para entender a importância dos programas implementados pelo Governo Federal para a formação de professores de Sociologia, ainda que cientes das limitações desse intento. Por outro lado, olhar a evolução e especialização dos cursos sem considerar as grandes iniciativas governamentais de intervenção nos parece bem mais problemático. Dito isto, seria possível observar mudanças substantivas na oferta dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia a partir da implantação dos programas em questão?

⁷ Essas além de impactar na composição do perfil social e racial dos universitários, possibilitou a redução de vagas ociosas e, consequentemente na redução das desigualdades sociais (HAAS; LINHARES, 2012).

2.1 Ampliação dos cursos de Ciências Sociais e de Sociologia à luz dos programas governamentais selecionados

O primeiro curso superior de Ciências Sociais surgiu no Brasil no ano de 1933, contudo o aparecimento da Sociologia é anterior, estando presente como disciplina, ora em cursos superiores, ora em cursos secundários, preparatórios e de formação de professores primários (BODART; CIGALES, 2018). Até 1948 apenas 11 instituições ofertavam cursos de Ciências Sociais ou Sociologia. Eram ofertados 11 cursos para a formação de bacharéis e 10 de licenciados, como se verifica na tabela 2.

Tabela 2 - Os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil (1933-1949)

Instituição	Gestão	Tipologia/grau	Ano
Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*	Privada	Bacharelado	1933
Universidade de São Paulo	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1934
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1939
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Privada	Bacharelado e Licenciatura	1940
Universidade Federal do Paraná	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1940
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Privada	Bacharelado e Licenciatura	1941
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1941
Universidade Federal da Bahia	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1941
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1941
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Privada	Bacharelado e Licenciatura	1942
Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1948

Nota: O curso ofertado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo era denominado Sociologia.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (2018).

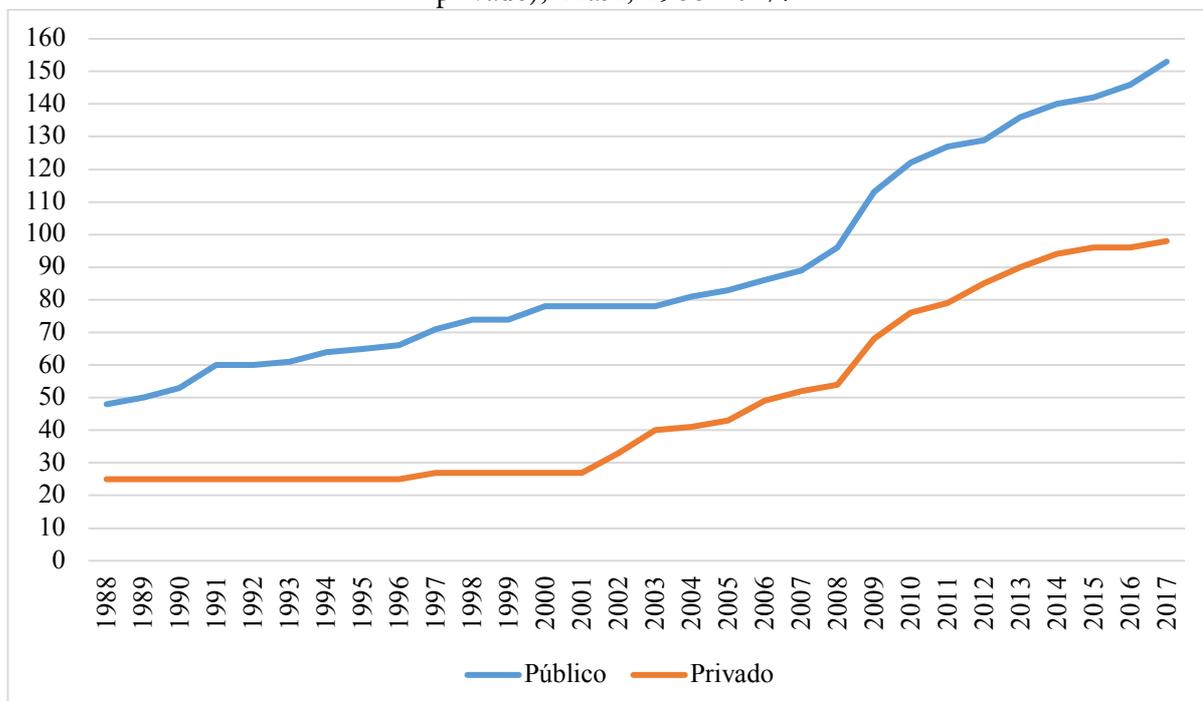
Podemos inferir que a criação dos primeiros cursos de licenciatura em Ciências Sociais no Brasil dar-se no mesmo contexto de criação dos cursos de bacharelado, tendo eles uma base comum de disciplinas, no formato 3+1, ou seja, aos estudantes que optavam pela licenciatura cursavam 3 anos de disciplinas teóricas e no último ano frequentavam disciplinas pedagógicas (D'ALÉCIO, 2016); sistema de oferta que predominou até recentemente no Brasil⁸. Contudo, na prática, esse modelo continua enraizado na organização curricular dos cursos de Ciências Sociais brasileiros, mantendo, em grande medida, o histórico distanciamento entre os conhecimentos pedagógicos e específicos de Ciências Sociais (*Ibidem*).

Observando as instituições ofertantes dos cursos, notamos que, ainda que o número de cursos públicos sobressaísse (63,6%), é notório que há uma presença considerável das instituições privadas (36,3%) na oferta de cursos de Ciências Sociais nas duas primeiras décadas de existência do curso no Brasil. Buscando observar a participação das redes privadas e públicas nas últimas

⁸ Na prática "esse formato ainda está enraizado nos modelos de organização curricular" (D'ALÉCIO, 2016, p.14).

décadas na oferta de cursos de Ciências Sociais coletamos os dados referentes ao período de 1988 a 2017, dados observáveis na figura 1.

Figura 1 - Evolução do número de cursos de Ciências Sociais segundo a rede de ensino (público e privado), Brasil, 1988-2017.



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (2018).

No ano de 1988 havia no Brasil 48 cursos de Ciências Sociais ofertados na rede pública e 25 na rede privada. No o ano de 1997 abriu-se no setor privado mais dois cursos e até 2001 se observa uma oferta de 27 cursos. Será a partir de 2002 que iremos notar um crescimento na oferta desses cursos pelo setor privado, um ano após a criação do Fies.

A abertura de cursos de Ciências Sociais nas instituições privadas parecem relacionar-se com o Fies e o ProUni.

Já no setor público, se observa uma expansão regular, tendo ampliado o número de cursos de forma mais significativa a partir de 2009, um ano após a aprovação da Lei nº 11.684/08 que tornou obrigatória a Sociologia no Ensino Médio e um ano após a criação do Reuni. Segundo Perruso e Pinto (2012), a reintrodução da Sociologia como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio e a implementação do Reuni abriram caminho para a criação de novos cursos de licenciaturas em Ciências Sociais.

A tabela 3 destaca o número de cursos de Ciências Sociais abertos por década.

Tabela 3 - Abertura de novos cursos de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais e Sociologia no Brasil por década.

Período	Curso de Ciências Sociais e Sociologia	
	Licenciatura (%)	Bacharelado (%)
1930-1939	40	60
1940-1949	50	50
1950-1959	66,6	33,3
1960-1969	54,1	45,8
1970-1979	41,6	58,3
1980-1989	54,5	45,4
1990-1999	42,3	57,6
2000-2008	53,6	46,3
2009-2017	82,4	17,5
Acumulado (2017)	63,4	36,5

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (2018).

Nas duas primeiras décadas 36,3% dos cursos de Ciências Sociais ou Sociologia eram ofertados por instituições privadas. Em 2017 esse percentual era de 39,3%. Em termos absolutos, até 1950 eram 4 cursos ofertados por instituições privadas e 7 por instituição pública. Em 2017 eram 98 cursos ofertados por instituições privadas e 153 cursos por instituições públicas. Assim, notamos uma maior presença do setor público na oferta de cursos de Ciências Sociais e Sociologia.

Dos atuais 251 cursos de Ciências Sociais e Sociologia indicados no site do e-MEC, apenas 30 são ofertados na modalidade à distância, sendo 21 de Sociologia e 12 de Ciências Sociais⁹. Dos 12 cursos de Sociologia, apenas 1 é de grau bacharelado. No caso dos cursos de Ciências Sociais, apenas 3 são de grau bacharelado. Resultados semelhantes foram encontrados por Martins (2017, p.217), destacando que,

[...] os cursos de graduação [licenciatura] na modalidade presencial representavam no ano de 2013 a quase totalidade dos cursos existentes (96,1%). A modalidade a distância, contudo, ainda que em menor número, teve o maior percentual de crescimento no período de 2010 a 2013 (35,3%).

Nota-se que a ampliação de abertura de cursos de Ciências Sociais ou Sociologia deu-se nas últimas duas décadas, sobretudo após 2009, como também destacaram Oliveira (2015)¹⁰, D'Álecio (2016) e Martins (2017). Por isso analisaremos de forma mais detida o período de 2000 a 2017.

⁹ No levantamento realizado em 2015 por D'Álecio (2016, p.13) o número indicado de cursos de Ciências Sociais à distância foi de 163 cursos. Não sabemos ao certo o porquê da disparidade entre os dados apresentados naquela e nesta pesquisa. Temos duas hipóteses, são elas: i) muitos dos cursos, que estavam na base do e-MEC em 2015, não foram aprovados pelo MEC, sendo posteriormente excluídos da base de dados após atualização do *site* ou; ii) erro na coleta dos dados, o que pode ter ocorrido por haver muitos cursos duplicados na base do e-MEC e por ser o manuseio do site relativamente complexo.

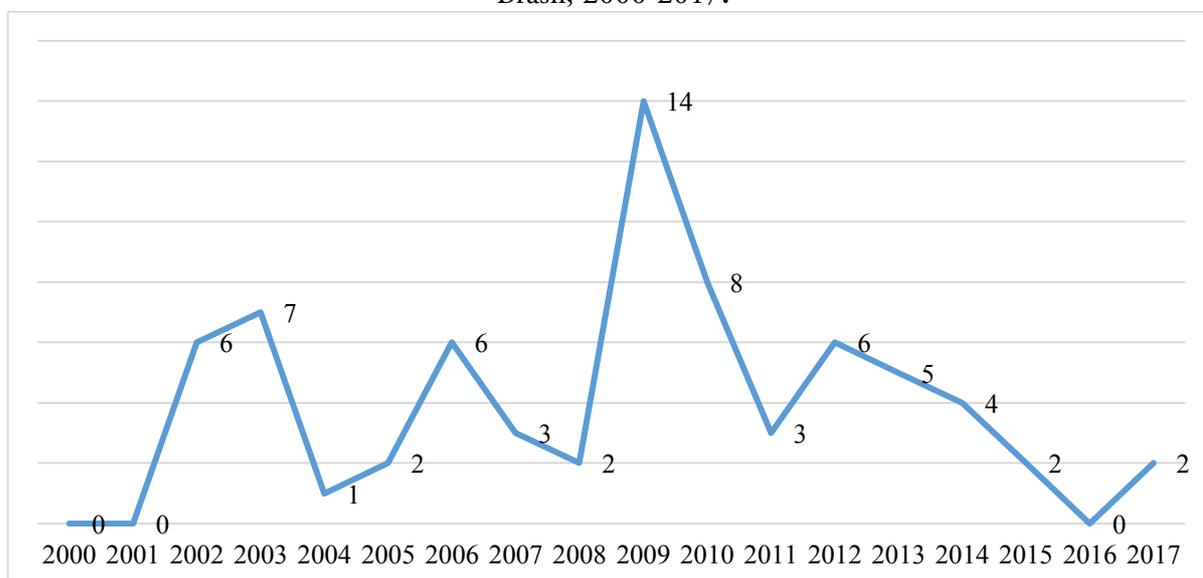
¹⁰ Oliveira (2015) buscou indicar, por Região, nominalmente as instituições que ofertavam, na ocasião, cursos presenciais de Ciências Sociais (bacharelado e licenciaturas).

A tabela 3 evidencia que atualmente temos uma predominância de cursos de licenciatura (63,1%) o que vai de encontro a uma antiga preocupação: "o não compromisso dos cursos de Ciências Sociais com a formação de professores para o Ensino Médio" (SILVA, 2007, p. 421), ainda que enraizados pela lógica bacharelesca (D'ALÉCIO, 2016). Trata-se de uma configuração nova, que demanda novos desafios para que os cursos sejam ofertados de modo a estimular o interesse dos alunos em permanecer até o fim do curso. Acreditamos que o cenário de desvalorização da licenciatura começa a ser modificado, o que se observa na ampliação do interesse pelo "ensino de Sociologia" como objeto de pesquisa (BODART; CIGALES, 2017; BODART; SOUZA, 2018), uma vez que, como destacou Silva (2007, p.423), pensar o ensino de Sociologia "é uma tarefa fundamental para os cientistas sociais abrigados nos departamentos das universidades públicas".

Parece que os dados aqui apresentados reforçam a afirmação de Perruso e Pinto (2012) de que a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio somado ao Reuni teria ampliado no número de cursos de licenciaturas em Ciências Sociais

Os dados referentes ao surgimento de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia são apresentados na figura 2.

Figura 2 - Número de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia na rede de ensino privado, Brasil, 2000-2017.

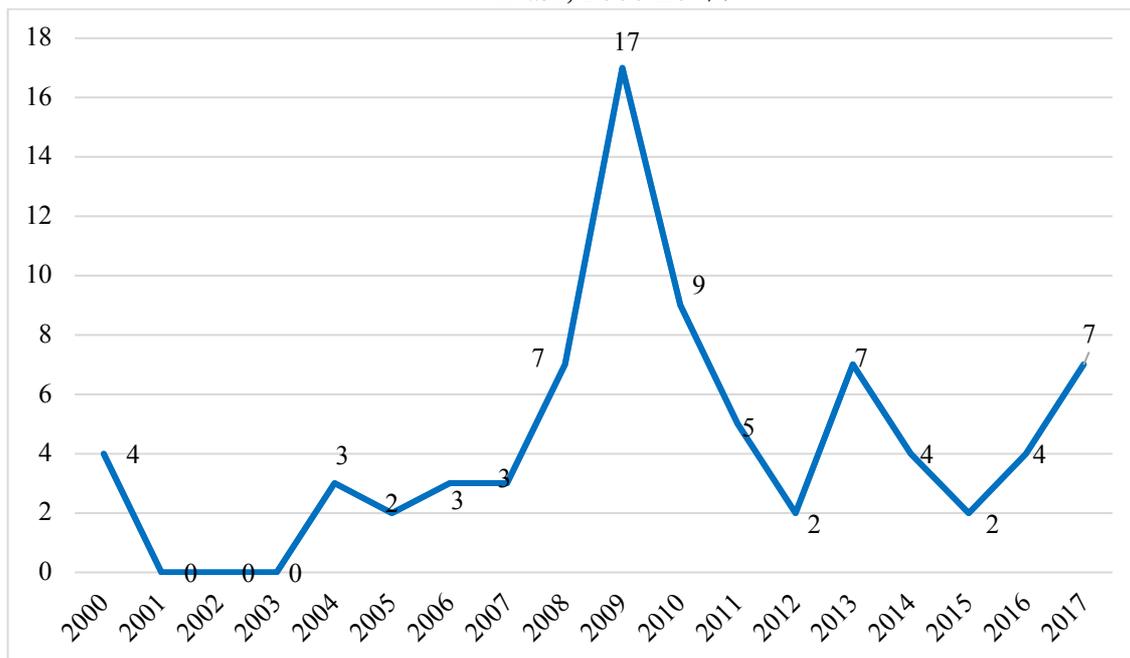


Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (2018).

Nota-se, a partir da figura 2, que dentre o intervalo de 2000 a 2017 vemos oscilações na abertura de novos cursos. Os anos de 2002 e 2003 notamos a abertura de 6 e 7 cursos, respectivamente. Em 2001 o Governo lançou o Fies. Depois notamos um segundo momento de ampliação de cursos, sendo em 2006, um ano após a efetivação do ProUni. O pico observado na

figura 2, nos anos de 2009 e 2010, coincidem com o retorno da Sociologia ao currículo do Ensino Médio e com a ampliação do volume de financiamento estudantil por meio do Fies. A partir de 2013 houve uma redução no volume de recursos destinado ao Fies (FOLHA, 2016), período que dar-se início a uma redução do número de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, como se observa na figura 3.

Figura 3 - Número de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia na rede de ensino público, Brasil, 2000-2017.

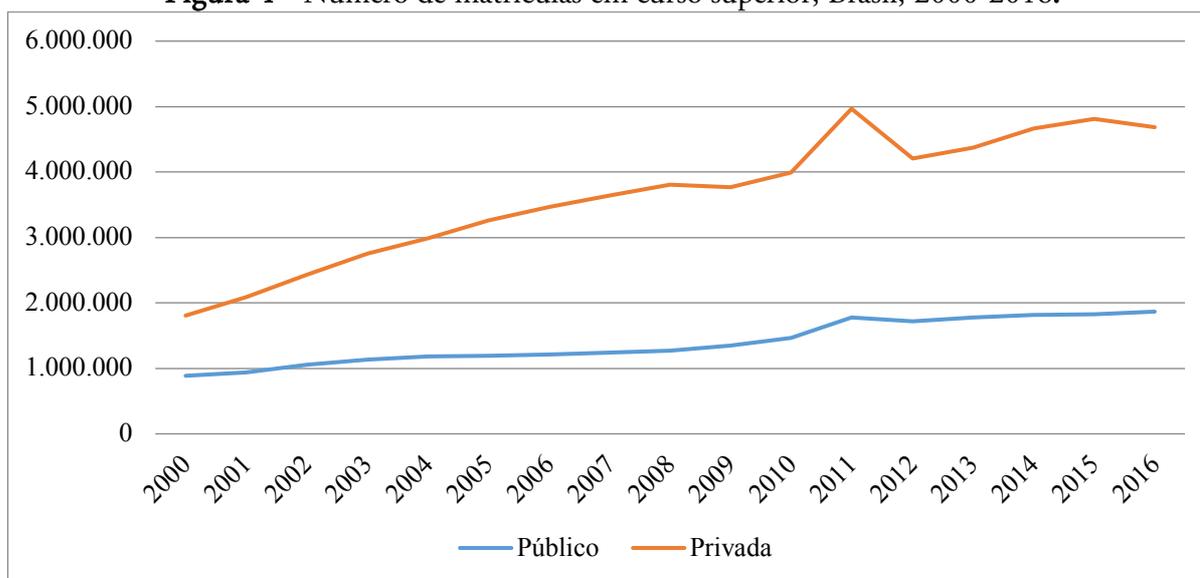


Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (2018).

Oliveira (2015) destacou ter havido uma expansão do número de cursos após 2007. Corroborando com esse achado, destacamos, por meio da figura 3, que o número de novos cursos ofertados por instituições públicas (figura 3) evidencia uma expansão significativa ocorre a partir do ano de 2008, um ano após a criação do Reuni, no mesmo ano da aprovação da Lei que reintroduziu a Sociologia no Ensino Médio. Vale lembrar que o Reuni não só tinha como objetivo ampliar o número de cursos onde houvesse demanda, como também o número de matrículas nos cursos. Passamos a observar o número de matrículas.

A figura 4 evidencia o número de matrículas no curso superior.

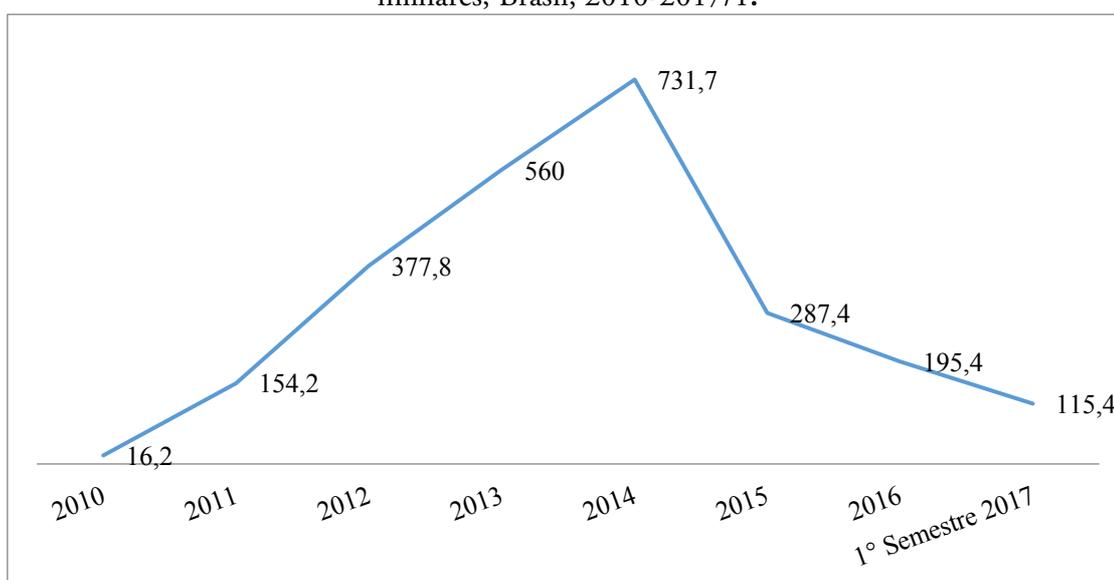
Figura 4 - Número de matrículas em curso superior, Brasil, 2000-2016.



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no Censo da Educação Superior (2018).

Nota-se, por meio da figura 4, que: i) o número de matriculados em IES privadas é superior ao número de matrículas em IES públicas; ii) há uma expansão considerável a partir de 2001, ano de criação do Fies; iii) a partir de 2011, ano que o número de beneficiados pelo Fies se expande de forma constante até 2014 (ver figura 5), temos uma ampliação no número de matrículas em cursos superiores (com pico em 2011), mantendo o número de matrículas à patamares superiores aos anos anteriores a 2011. Em 2016 notamos uma queda no número de matrículas, assim como no número de beneficiários.

Figura 5 - Número de ingressantes no Programa de Financiamento Estudantil (Fies), em milhares, Brasil, 2010-2017/1.

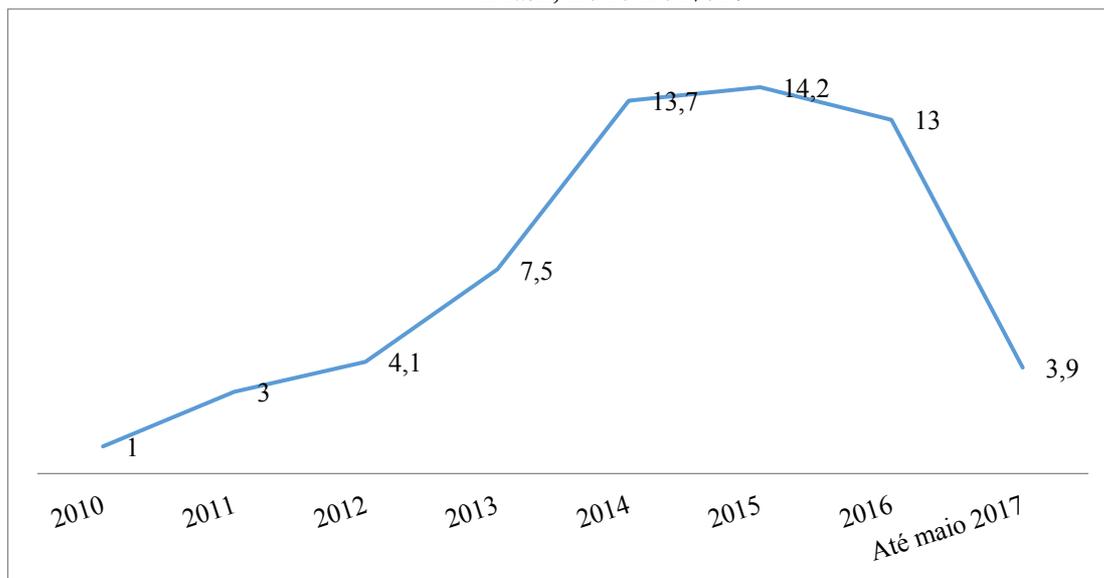


Fonte: Elaboração própria a partir do CGU e Portal da transparência (2018).

A figura 5 evidencia um crescente volume do número de ingressantes no Fies a partir de 2010, com redução substantiva a partir de 2015.

Como o Fies não cobre necessariamente a integralidade das mensalidades dos cursos superiores, buscamos também observar o volume de recursos destinado ao programa. A figura 6 demonstra a evolução desses recursos.

Figura 6 - Recursos destinados ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies), em bilhões, Brasil, 2010-2017/1.

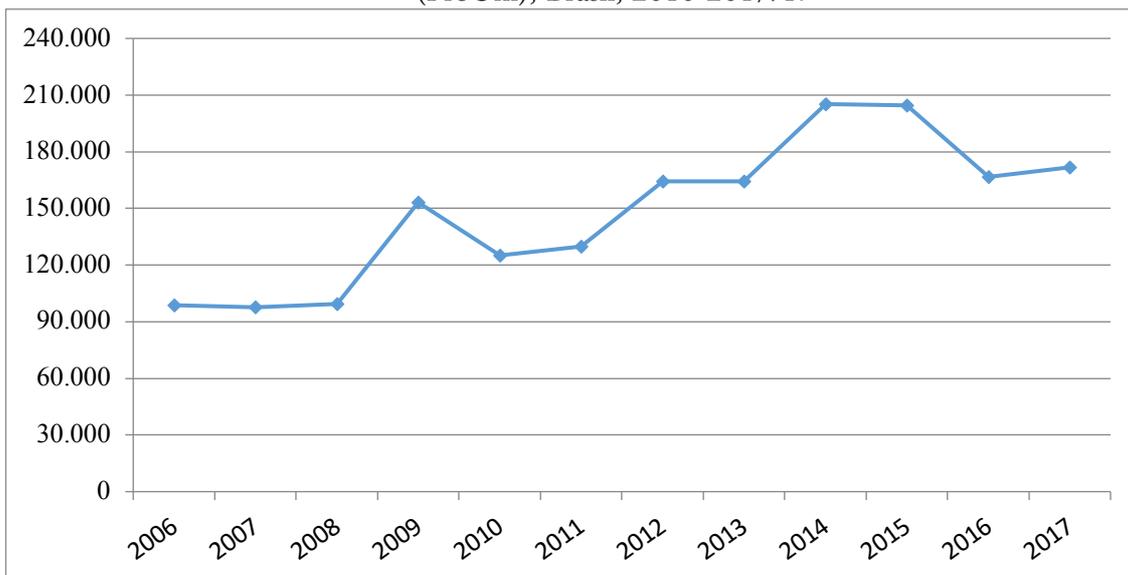


Fonte: Elaboração própria a partir do CGU e Portal da transparência (2018).

Se o número de ingressantes no Fies teve redução substantiva a partir de 2015, notamos que os valores destinados ao programa se mantêm elevados entre 2014 e 2016. Essa manutenção dar-se pelo volume acumulados dos ingressantes nos anos anteriores, uma que o contrato tem, em média, 4 anos.

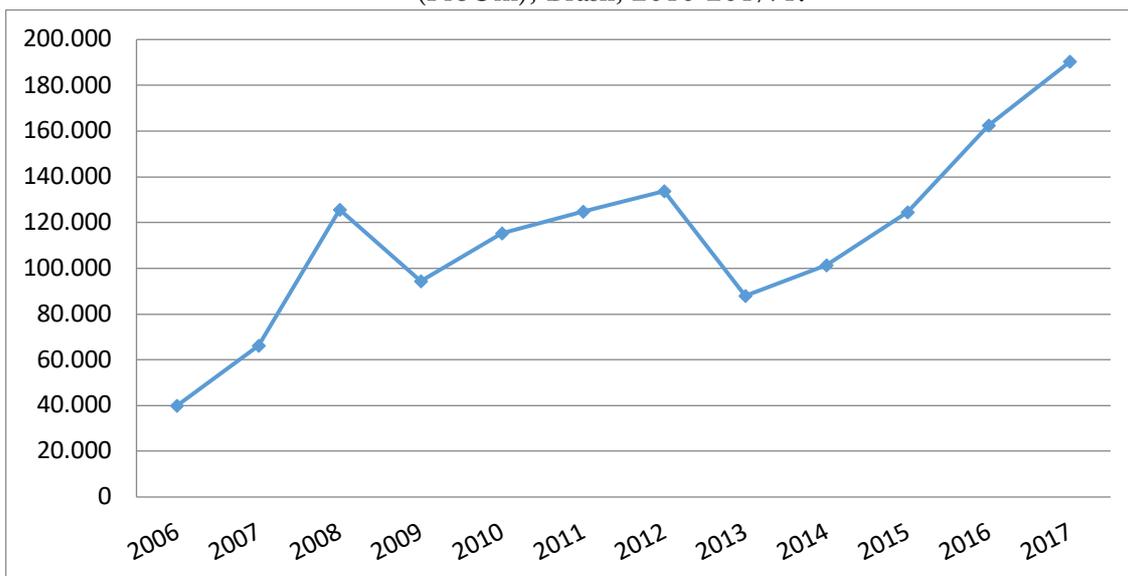
Como destacado, outro programa que buscou ampliar o número de ingressos no Ensino Superior de foi o ProUni. Os gráficos 7 e 8 apresentam o número de bolsas integrais e parciais, respectivamente, concedidas entre 2006 e 2017, por esse programa governamental, o que ocorre em parceria com IES privadas.

Figura 7 - Número de bolsas integrais concedidas por meio Programa Universidade para Todos (ProUni), Brasil, 2010-2017/1.



Fonte: SISPROUNI (2018).

Figura 8 - Número de bolsas parciais concedidas por meio Programa Universidade para Todos (ProUni), Brasil, 2010-2017/1.



Fonte: SISPROUNI (2018).

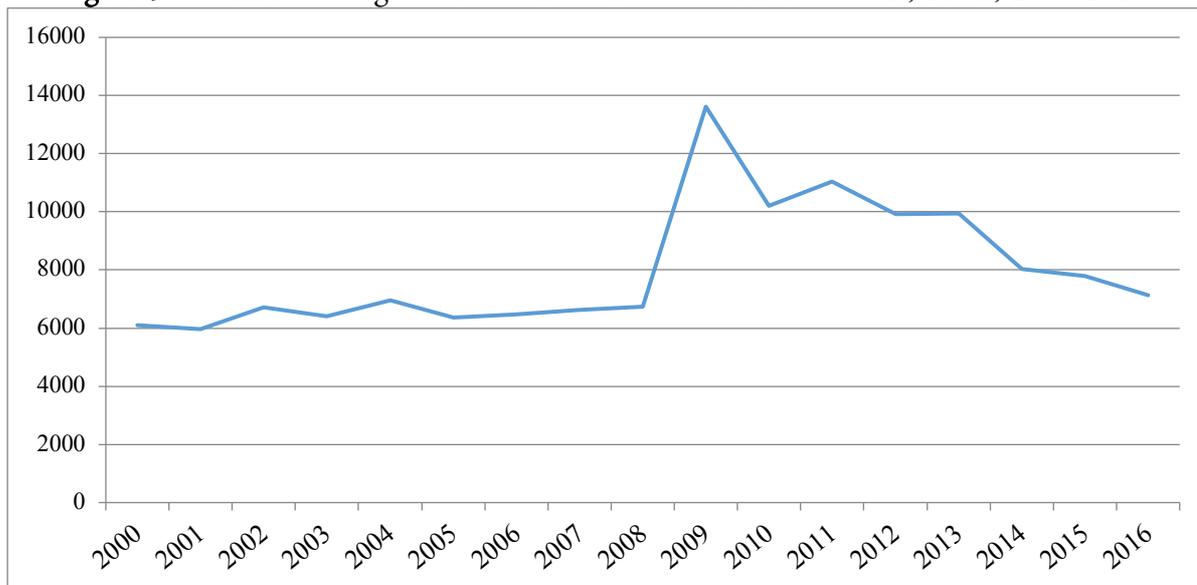
Observamos que a manutenção do número de matrículas em cursos de graduação manteve-se em constante ampliação (com redução em 2013 e 2014 de bolsas parciais), assim como os apoios do Governo Federal via Fies e ProUni, sobretudo a partir de 2010.

No caso do número de matrículas no setor público, a ampliação mais significativa de número de matrículas deu-se no ano de 2011, ano que ao Reuni havia sido destinado 23,6 bilhões, bem mais que os 11,3 bilhões destinados no ano de sua criação. Como tal programa voltou-se a ampliação de vagas via expansão do número de universidades e *campis* os resultados se mantiveram

mesmo desde então; diferentemente do ProUni e do Fies, cujos programas dependem necessariamente das ações anuais, seja concedendo empréstimos estudantis ou bolsas de estudos.

Resta observar se os cursos de Ciências Sociais foram impactados positivamente com esses programas em relação ao número de matrículas, ofertas de vagas e concluintes. Na figura 9 são apresentados os números de vagas ofertadas nos cursos de Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura)¹¹ no Brasil.

Figura 9 - Número de vagas ofertadas nos cursos de Ciências Sociais, Brasil, 2000-2016.



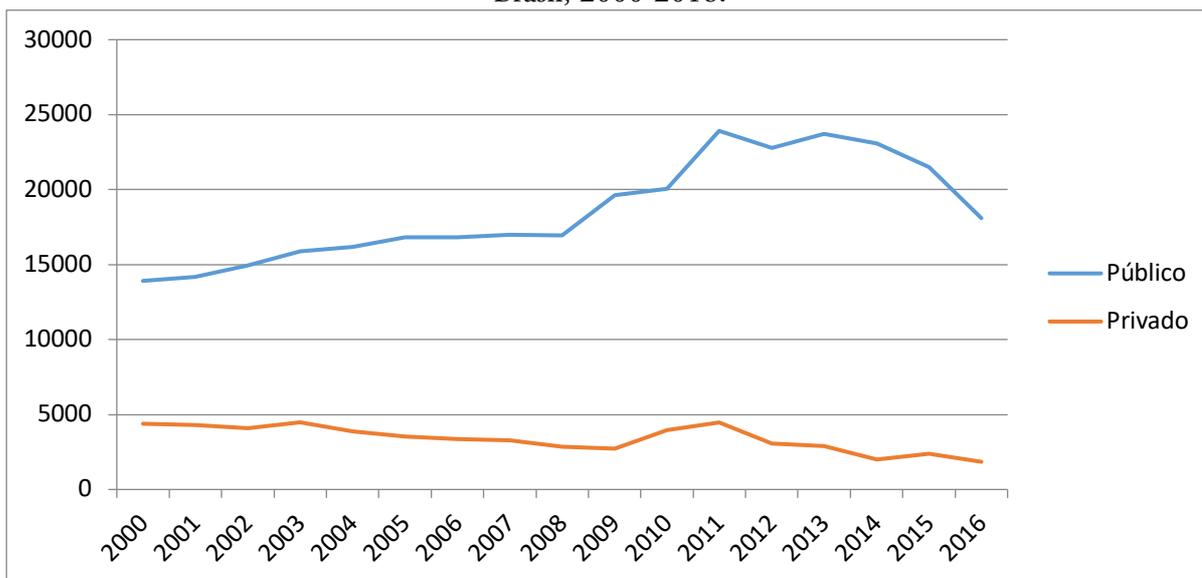
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no Censo da Educação Superior (2018).

Ainda que a partir de 2009 o número de cursos de Ciências Sociais tivesse se expandido, a ampliação na oferta de vagas não se manteve ascendente, tendo seu pico em 2009 e depois apresentando tendência de queda, ainda que superior ao período anterior a 2009. Tal fenômeno pode ser, em parte, explicado pelo fato de que a ampliação dos cursos de Ciências Sociais deu-se sobretudo pelo desmembramento dos cursos que antes eram ofertados na "formato 3+1" (COSTA, 2015), passando a ofertar dois cursos distintos desde o primeiro ano de oferta, demandando mais infraestrutura, professores e demais profissionais envolvidos diretamente nos cursos, o que pode ter levado a solicitação, junto ao MEC, de turmas menores. Outro ponto a ser considerado está no fato de que muitos cursos de Ciências Sociais eram ofertados no turno diurno e com o Reuni houve um forte estímulo a oferta no curso noturno, especialmente de licenciatura (MARTINS, 2017). Como destacado por Costa (2015, p. 191), "boa parte dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais

¹¹ Infelizmente os dados disponibilizados do Censo da Educação Superior são apresentados agregados, não discriminando cursos de licenciatura e de bacharelado.

criados a partir de 2008 encontra-se em instituições que já disponibilizavam o bacharelado, algo que indica um redirecionamento de esforços por parte do corpo docente dos departamentos desses cursos". Isso explicaria a maior ampliação de cursos de Ciências Sociais de licenciatura. Esse fenômeno demanda maior aprofundamento, o que não nos é possível, pelos limites físicos deste texto, aqui explorar.

Figura 10 - Número de matrículas nos cursos de Ciências Sociais por rede (privada e pública), Brasil, 2000-2016.



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no Censo da Educação Superior (2018).

A partir da figura 10 podemos inferir que: i) nas matrículas nos cursos de Ciências Sociais, a participação das instituições privadas é pequena e em queda constante desde do ano de 2000 e; ii) notamos, na rede pública, uma ampliação lenta de matrículas entre os anos de 2000 a 2008, uma ampliação rápida de 2009 a 2011 e uma tendência de leve queda a partir de então, embora não reduzindo aos número anteriores a 2008. Notamos que ampliação do número de cursos de Ciências Sociais se converteu em ampliação de matrículas nesse curso.

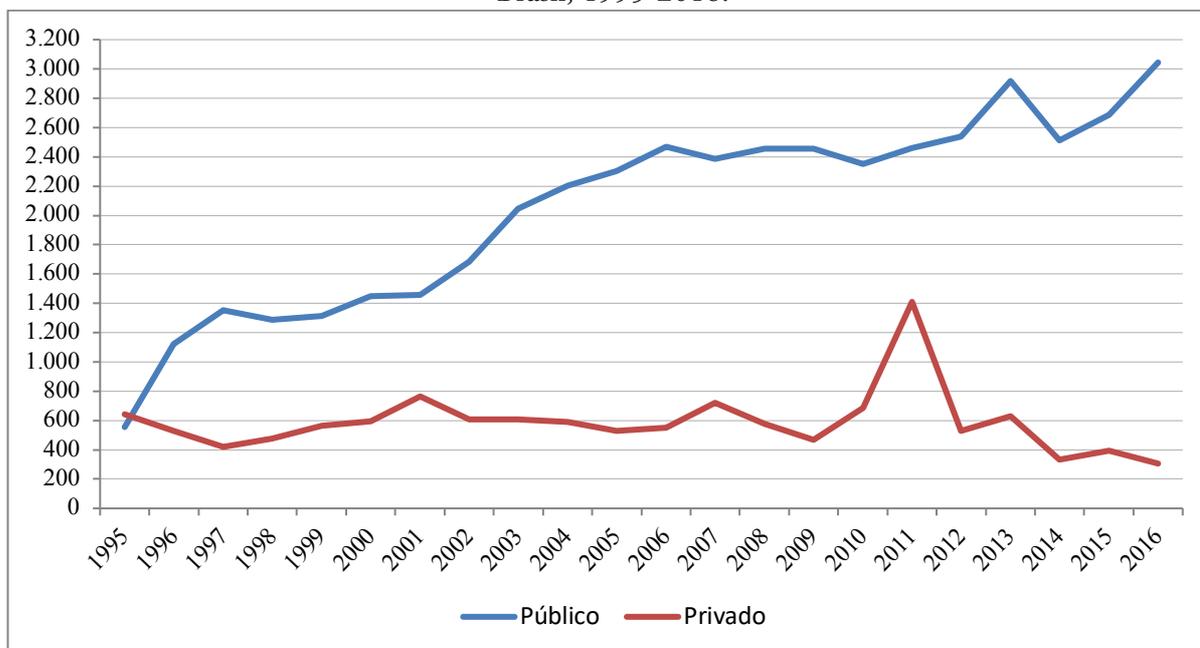
É possível que a expansão de outros cursos (e abertura de mais vagas) tidos como mais rentáveis ao futuro profissional explique, em parte, a falta de continuidade de ampliação das matrículas nos cursos de Ciências Sociais a partir de 2013. Certamente as constantes ameaças de exclusão da disciplina do Ensino Médio, principal destino dos egressos, também tem colaborado para esse comportamento.

Notamos que vem havendo uma expansão do número de novos cursos de Ciências Sociais, e ampliação do número de matrículas não se manteve em ritmo crescente, mesmo que o mercado

para professores de Sociologia não tenha se saturado. Se considerarmos que o Reuni, dentre seus objetivos buscou ampliar o número de cursos noturnos, é possível que muitos cursos foram criados para serem ofertados nesse turno, o que ao invés de ampliar o público como esperado, o dividiu em dois turnos, como observamos ocorrer na Universidade Federal de Alagoas. Contudo, a ampliação de cursos, embora não acompanhada por uma ampliação constante de matrículas (com queda a partir de 2013), pode representar melhores condições de acesso, seja pela ampliação da oferta, seja por ser ofertado em locais onde antes não havia o curso de Ciências Sociais. Nesse ponto, reconhecemos que houve significativo avanço para a formação de professores de Sociologia. Chamamos a atenção para a necessidade de observar a regionalização dos cursos de Ciências Sociais [o que aqui não nos propusemos] para que possamos posteriormente inferir com mais precisão para onde se expandiram os cursos de Ciências Sociais e se tal expansão pode ser entendida como melhores condições de acesso de interessados em formar-se professores de Sociologia. Acreditamos que a manutenção da Sociologia no Ensino Médio seja um fator importante para o futuro dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia, sobretudo para os cursos mais novos que ainda não possuem tradição junto às suas instituições superiores.

Por fim, nos resta observar a evolução do número de concluintes dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia.

Figura 11 - Evolução do número de concluintes nos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, Brasil, 1995-2016.



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior (1995-2016).

Com base nos dados do Censo (2000-2016), podemos afirmar que tem havido um esforço significativo para ampliar o acesso ao curso superior. Ainda que esse esforço não representou impactos tão positivos sobre a ampliação da oferta de vagas e de matrículas, notamos uma significativa ampliação do número de concluintes dos cursos de Ciências Sociais. Identificamos também uma ampliação no número de novos cursos, o que expande a possibilidade de acesso, sobretudo por sua ampliação em outros estados brasileiros que não ofertavam o curso, como destacou Oliveira (2015), fato que se confirma com o número de concluintes. Certamente a presença da Sociologia como componente curricular obrigatório estimulou a ampliação do número de formados, uma vez que vislumbram um mercado aberto para atuar.

Ainda que tenhamos tido recentemente uma ampliação do interesse pelo ensino de Sociologia enquanto objeto de estudos (BODART; CIGALES, 2017; BODART; SOUZA, 2018), nota-se que tal interesse não se manifesta na mesma proporção em se tratando de cursar a graduação em Ciências Sociais, seja com o objetivo de ser sociólogo ou professor de Sociologia – ao menos no ritmo necessário para atender a demanda existente, sobretudo de professores habilitados. Contudo, a ampliação de cursos pode ter efeito facilitador de ingresso e permanência no curso, sobretudo naqueles criados para funcionar, sob recomendações do Reuni, no curso noturno, bem como melhorado as condições de permanência, o que se concretiza com mais concluintes.

Nos resta criar estratégias de ampliação do número de interessados em tornar-se professor de Sociologia e lhe proporcionar uma formação de qualidade, pois esse profissional tem o papel fundamental de estimular os jovens a buscar cursar Ciências Sociais. A permanência da Sociologia no Ensino Médio, ainda que pareça não ter sido até o momento suficiente para maximizar o interesse dos jovens pelo curso, ampliando as matrículas, nos parece apresentar melhoras, o que é fundamental para a manutenção dos cursos de graduação em Ciências Sociais no grau de licenciatura.

Com relação a oferta, talvez as constantes ameaças de retirada da Sociologia do currículo escolar nacional seja um dos fatores colaboradores para que as IES privadas tenham apresentado pouco interesse em abrir novos cursos de Ciências Sociais.

CONSIDERAÇÕES Finais

O presente artigo teve por objetivo lançar luz sobre a oferta de cursos de Ciências Sociais no Brasil, assim como sobre a evolução recente da oferta de vagas, matrículas efetivas e volume de concluintes, relacionando-os aos programas do Governo Federal: Fies, ProUni e Reuni.

Reconhecemos que os impactos dos três programas do Governo Federal aqui explorados (Fies, ProUni e Reuni) são de difícil mensuração. Ainda que tenhamos isolando elementos de análise, tais como os impactos sobre as matrículas nos cursos de Ciências Sociais, na abertura de novos cursos, na oferta de vagas e no número de concluintes, os resultados são parciais e carecem de maiores estudos. Contudo, reconhecemos que o presente artigo suscita elementos que nos ajudasse a pensar o contexto dos cursos de Ciências Sociais nos últimos 20 anos.

Os programas Fies, ProUni e Reuni geraram impactos positivos sobre a expansão dos cursos superiores no Brasil, ainda que não tenha solucionado os problemas de acesso e permanência como desejado. Em específico, notamos uma ampliação substantiva no número de cursos de Ciências Sociais, sem, contudo, observarmos uma ampliação do número de vagas, matrículas e concluintes que atendessem a demanda, embora indicando expansão. A reintrodução da Sociologia no Ensino Médio pode ter atraído o interesse no primeiro ano, em 2009, de IES privadas em abrir novos cursos, porém esse interesse parece não ter se mantido posteriormente. Observando o número de matrículas, notamos que uma ampliação após a reintrodução da disciplina, assim como observamos um maior número de concluintes.

Quanto ao número de bolsas do ProUni e os valores destinados ao Fies, ainda que até 2016 tenham se mostrados elevados, não notamos impactos que fossem suficientes para ampliar o número de matrículas nos cursos de Ciências Sociais nas IES privadas.

Com relação a resultados positivos, destacamos a ampliação na rede pública do número de cursos de Ciências Sociais e Sociologia a partir do ano de 2008, um ano após a criação do Reuni e no mesmo ano da aprovação da Lei que reintroduziu a Sociologia no Ensino Médio. Os dados indicam uma correlação entre ampliação do número de cursos e ampliação dos recursos destinados ao referido programa, assim como ampliação do número de vagas e de concluintes.

O retorno da Sociologia ao Ensino Médio como disciplina obrigatória por meio da Lei nº 11.684/08, em 2009, ainda que tenha ampliado a demanda por mais professores para atuar no ensino básico, como demonstraram Bodart e Sampaio-Silva (2016), não foi capaz de fomentar a ampliação de número de interessados em cursar Ciências Sociais ao ponto de atender a demanda existente por professores, o que explica, em parte, o grande percentual de docentes lecionando a disciplina sem ter formação na área (BODART; SILVA, 2016). Contudo, temos notado uma significativa ampliação no número de concluintes.

É importante destacar que com a ampliação dos cursos as IES, que já ofertavam o bacharelado diurno, passaram a ofertar a licenciatura no noturno, facilitando o acesso e a permanência da classe trabalhadora, como empiricamente observamos ocorrer na Universidade

Federal de Alagoas. Nesse contexto, outros avanços conquistados nas últimas décadas, tais as ações afirmativas (HASS, LINHARES, 2012), colaboraram para o acesso às universidades, a permanência e a conclusão do curso.

Se por um lado notamos haver uma expansão do número de novos cursos de Ciências Sociais, por outro, observamos que o número de matrículas ainda não é capaz de indicar, a médio prazo, o atendimento da demanda existente. Se considerarmos que o Reuni, dentre seus objetivos buscou ampliar o número de cursos noturnos, é possível que cursos foram criados para serem ofertados nesse turno, como observamos ocorrer também na Universidade Federal de Alagoas, o que colabora para a inclusão da classe trabalhadora no Ensino Superior. Uma segunda hipótese a ser testada em pesquisa futura seria a de que a ampliação de cursos proporcionou uma maior capilaridade da oferta pelo território brasileiro, reduzindo a histórica concentração de cursos de Ciências Sociais na Região Sudeste.

A ampliação de cursos de licenciatura, dissociados dos cursos de bacharelado, vem sendo fomentada por legislação recente, sendo definidos como o *locus* principal de formação docente (HANDFAS, 2012), fato que, associados a outros, nos ajuda a entender a recente expansão dos cursos de licenciatura.

É sabido que não basta ampliar o número de cursos, de vagas, de matrículas e de concluintes, é fundamental também ampliar a qualidade da formação e, para isso, é *sine qua non* o fortalecimento de outros programas educacionais, assim como a manutenção da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cibele Y. de. Acesso ao Ensino Superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior Unicamp*, UNICAMP, 2012. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06_julho2012/Cibele_Yahn.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: abr. 2018.

ANDRÉS, Aparecida. *Financiamento estudantil no Ensino Superior*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Centro de Documentação: Brasília Março, 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwi84Zm7qM7aAhWQnJAKHWiMCucQFjAAegQIABAs&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F5904%2Ffinanciamento_estudantil_andres.pdf%3Fsequence=4&us>. Acesso em: abr. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n.

2, p.256-281, jul./dez., 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500>>. Acesso em: Abr. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego de. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 53, n. 3, p. 543-557, set/dez 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2017.53.3.14>. Acesso em: abr. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. Um “raio-x” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia*. v.2, n. 22, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235745>>. Acesso em: abr. 2018.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei nº 8.035, de 2010*. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

BRASIL. *Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Estabelece o Plano Nacional de Educação 2001-2010. Diário Oficial [da] República Federativa do União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

BRASIL. *Lei n. 11.096, 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior, altera a Lei n. 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial República Federativa do Brasil, 14 jan. 2005. Disponível em: Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/453107.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

BRASIL. MEC/CONAE. O PNE 2011-2020: *Metas e Estratégias* – Notas Técnicas sobre as metas do PNE 2011/2020. Enviado em 2011 para a Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf> Acesso em: abr. de 2013.

BRASIL. *Observatório do PNE: 12 Educação Superior*. Ministério da Educação, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior>>. Acesso em: Abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL. *Decreto 6096 de 24 de abril de 2007*: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília: 2007. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao Ensino Superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015. Disponível em: <<www.scielo.br/pdf/ecoa/v19n2/1980-5330-ecoa-19-02-00369.pdf>>. Acesso em: abr. de 2018.

COSTA, Leomir Souza. Formação de professores de ciências sociais/sociologia: subsídios para o debate. *Em Tese*. Florianópolis, v. 12, n.2, pp. 187-203, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/40570>>. Acesso em: abr. 2018.

D'ALÉCIO, Gabrielle Cotrim. *Análise dos desenhos curriculares de cursos superiores de formação de professores em Ciências Sociais*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

FOLHA DE SP. *Fies e Prouni bancam 30 das matrículas universitárias no país*. 24 de Agosto de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1806307-fies-e-prouni-bancam-30-das-matriculas-universitarias-no-pais.shtml>>. Acesso em: Abr. de 2018.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/15.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

HANDFAS, A. Formações dos professores de Sociologia: um debate em aberto. In: HANDFAS, A; MAÇAÍRA, J. P. *Dilemas e perspectivas da Sociologia na educação básica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. Os cursos de licenciatura e a formação de professores de sociologia para o ensino médio. In: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (Orgs.). *A Sociologia na Educação Básica*. Annablume Editora: São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, pp.39-62, Set./Dez., 2015

PERONI, Vera Maria Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre público e privado. *Revista SIMPE-RS*, Porto Alegre, p. 11-33, 15 abr. 2007. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/artigo-reforma-do-estado-e-tensao-entre-publico-e-privado-1>>. Acessado em: abr. 2017.

PERRUSO, M. A; PINTO, N M. Sobre a Sociologia no Ensino Médio e uma experiência de licenciatura em Ciências Sociais. In: FIGUEIREDO, A. V. de; OLIVEIRA, L. F. de; PINTO, N. M. (orgs.). *Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

PINHEIRO, W. M. Captação X Inclusão: duas faces do financiamento estudantil. *Revista Espaço Acadêmico*. São Paulo, n. 149, out. 2013. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/21089/11710>. Acessado em: abr. 2018.

SILVA, Ileisi Fioreli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal, v.8, n. 2, 2007, p. 403-427. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1844>>. Acesso em: abr. 2018.

Recebido em: 22 de abril de 2018

Aceito em: 04 de maio de 2018